


## RAÇA, CAPITALISMO E EUROCENTRISMO NO PENSAMENTO DE ANÍBAL QUIJANO

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.043-003>

**Douglas Barbosa Werneck**

Mestre em Ciências Humanas

UFVJM

E-mail: [dbw146@yahoo.com.br](mailto:dbw146@yahoo.com.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7439474019301545>

### RESUMO

O presente trabalho discute o pensamento de Aníbal Quijano com ênfase na colonialidade do poder, na gênese racial da modernidade e na constituição do padrão mundial de poder articulado ao capitalismo e ao eurocentrismo. Parte-se da compreensão de que a modernidade, longe de representar somente um período de avanços históricos, constituiu-se no interior da conquista da América e produziu classificações sociais fundadas na ideia de raça, reorganizando o trabalho, o poder, o conhecimento e as relações entre os povos em escala mundial (Quijano, 2005; Dussel, 2005). O texto examina como as identidades sociais produzidas no processo colonial, entre elas índios, negros, mestiços e europeus, passaram a compor hierarquias duráveis, ligadas à exploração econômica, à violência epistêmica e à inferiorização de culturas e saberes não europeus (Quijano, 2005; Oliveira; Candau, 2013). Analisa-se, ainda, o mito da modernidade como narrativa que posicionou a Europa no centro da história mundial e relegou os povos colonizados ao passado, à irracionalidade e à primitivização, legitimando a exploração e a dominação material e simbólica (Dussel, 2005; Quijano, 2005). Em seguida, discute-se a formação do capitalismo mundial na América, com destaque para a escravidão, a servidão e a produção mercantil voltadas ao mercado global, processo que consolidou a centralidade europeia no sistema-mundo (Quijano, 2005; Wallerstein, 1999; Ribeiro, 1995). Por fim, o trabalho sustenta que a leitura decolonial oferece um caminho para repensar a América Latina a partir de suas memórias, de seus sujeitos e de suas histórias silenciadas, recolocando em pauta a descolonização do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005a; Clímaco, 2014).

**Palavras-chave:** Colonialidade do poder; Modernidade; América Latina.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de estudos, análises, leituras e discussões decoloniais e visa apresentar o pensamento do sociólogo peruano Aníbal Quijano, objetivando despertar o leitor para uma temática tão cara e sempre necessária, que é a decolonialidade. Aníbal Quijano nasceu em Yanama, no ano de 1928, e

faleceu na cidade de Lima, em maio de 2018. Renomado sociólogo peruano e pensador humanista, foi reconhecido por desenvolver o conceito de “colonialidade do poder” e por formular estudos influentes com temáticas pós-coloniais e decoloniais referentes à América Latina (Clímaco, 2014).

Foi professor da Faculdade de Ciencias Sociales da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, em Lima, trabalhou no Departamento de Sociologia da Binghamton University, em Nova York, convidado pelo também sociólogo Immanuel Wallerstein. Atuou como pesquisador visitante em diversas universidades latino-americanas, entre elas instituições no Chile, na Bolívia, no México e na Venezuela. No Brasil, foi docente no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo entre 1992 e 1993. Fundou e dirigiu a “Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder” na Universidad Ricardo Palma, em Lima. Desenvolveu de modo profundo trabalhos sobre as características da América Latina no interior do padrão de poder capitalista, da colonização e da modernidade (Clímaco, 2014).

Quijano, junto a vários outros intelectuais, formou o grupo Modernidade/Colonialidade, com pensadores vinculados, em parte, às reflexões do sistema-mundo de Wallerstein, buscando alternativas à modernidade eurocêntrica. Dentre esses nomes estavam Enrique Dussel, Walter Dignolo, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres e Arturo Escobar (Oliveira; Candau, 2013, p. 277). Esse conjunto de autores contribuiu para a elaboração de uma crítica contundente à universalização da experiência europeia como medida exclusiva da história, da racionalidade e da vida social (Oliveira; Candau, 2013).

No presente trabalho veremos, por meio do apurado pensamento de Aníbal Quijano, que a dita modernidade, situada ao final do século XV, instituiu um novo padrão de poder mundial ao articular capitalismo, eurocentrismo e globalização. Nesse momento histórico, foram classificadas as raças no conceito moderno, iniciando-se uma grande distinção entre colonizados e colonizadores, entre negros, índios, mestiços e europeus. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (Quijano, 2005, p. 107). A partir dessa formulação, a raça passa a integrar o próprio alicerce da organização social do mundo moderno, atravessando as relações econômicas, políticas e culturais (Quijano, 2005).

## **2 A GÊNESE RACIAL DA MODERNIDADE**

Junto ao mito da modernidade, foram estabelecidas relações de poder entre dominantes e dominados. O trabalho não pago, não assalariado, ficou associado às raças tidas como inferiores. Os índios colonizados eram tratados como mão de obra descartável, obrigados a trabalhar exaustivamente até a morte (Quijano, 2005).

A Europa se denominou como criadora e protagonista da modernidade a partir das investidas marítimas de 1492, deixando o não europeu em um nível sempre atrasado e inferior. Dentro dessa dita

modernidade, a Europa é apresentada como a primeira na história a possuir um padrão de poder mundial e globalizado, utilizando-se de quatro pontos estratégicos de dominação e poder. Primeiro, o capitalismo hegemônico, envolvendo o controle do trabalho, dos recursos e dos produtos. Segundo, a família burguesa, controlando o sexo, seus recursos e seus produtos. Terceiro, o Estado-nação, com legitimidade da força, seus recursos e seus produtos, articulado ao eurocentrismo no controle da subjetividade. Quarto, um padrão de poder voltado para toda a população mundial por meio de três elementos interligados, a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 113). Nessa formulação, a modernidade surge como experiência histórica inseparável da dominação colonial e da organização desigual do mundo (Quijano, 2005).

Por meio da ideia de raça produzida na América, surgiram novas identidades sociais, como índios, negros e mestiços, assim como surgiram as denominações espanhola, portuguesa e europeia. O que antes era usado geograficamente como forma de identificar a origem do indivíduo passa a ser característica determinante para a construção de novas identidades. A ideia de raça transformou-se em algo tão forte que acabou se tornando parte da subjetividade dos sobreviventes (Quijano, 2005, p. 107).

Essas novas identidades foram utilizadas com a finalidade de formar classificações e hierarquias, podendo, assim, estabelecer o papel de cada “raça” dentro da sociedade. Os negros eram a identidade racial de maior importância econômica, voltados à escravidão e ao tráfico negreiro. Posteriormente, com a expansão mundial europeia, a ideia de raça separou povos entre europeus e não europeus. Essa forma de diferenciar estruturas biológicas foi e permanece sendo eixo fundador de dominação, assim como o intersexual e o de gênero (Quijano, 2005, p. 107-108). Desse modo, a classificação racial tornou-se uma tecnologia histórica de poder, capaz de organizar lugares, funções e valores no interior da sociedade colonial e de suas permanências (Quijano, 2005).

As Américas foram invadidas, conquistadas e colonizadas pelos ibéricos, que encontraram diversos povos diferentes, entre eles astecas, maias, chimus, aimarás, chibchas e outros. Cerca de trezentos anos após a colonização, essas identidades foram apagadas e denominadas como indígenas. O mesmo ocorreu com africanos escravizados, violentamente desenraizados de suas terras, tornando-se mercadorias. Achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos e outros, passado o mesmo período, passaram a ser conhecidos apenas como negros (Quijano, 2005, p. 116).

Esses processos culminaram em dois resultados na história da colonização, a perda de identidades e a negação de seu lugar na cultura mundial. Esses povos foram realocados no tempo histórico como passado, como não europeus e como primitivos (Quijano, 2005, p. 116). Tal reclassificação do outro em posição anterior à Europa forneceu sustentação para um imaginário histórico em que o colonizador aparece como medida de humanidade e civilização (Quijano, 2005).

Em consequência da mentalidade eurocêntrica, as raças inferiores foram tratadas como seres não racionais, tendo seus corpos colocados como próximos da natureza ou dentro da natureza, conforme o nível de sua inferiorização. Nessa classificação estão negros, índios, oliváceos, amarelos e mulheres como “próximos da natureza”, enquanto as “mulheres negras”, nessa escala social, figuram na posição mais rebaixada e se encontram “dentro da natureza” (Quijano, 2005, p. 118). A hierarquização racial articulou-se, portanto, a outras hierarquias, atingindo de modo agudo o corpo, o gênero e a produção da subjetividade (Quijano, 2005).

Através dos estudos decoloniais, Aníbal Quijano e outros pensadores apresentam a gênese racial da modernidade e mostram onde o racismo e os preconceitos ganharam maior força, agravando-se com o passar do tempo e institucionalizando-se. Em tempos recentes, seguem potentes sob formas muitas vezes veladas, ampliando as diferenças sociais e contribuindo para o agravamento da miséria em vários campos da vida social (Quijano, 2005; Oliveira; Candau, 2013).

Vale ressaltar que, durante grande parte do tempo das colonizações e da escravidão, o negro foi tratado como animal primitivo e desalmado. Negro não tinha alma e assim era considerado por setores da própria Igreja Católica Apostólica Romana, instituição que, em muitos momentos históricos, vinculou-se à busca do poder, das posses e dos prazeres oferecidos pelo eurocentrismo. Esse quadro ajuda a compreender como a dominação material veio acompanhada de justificativas morais, religiosas e culturais que reforçaram a desumanização colonial (Quijano, 2005; Dussel, 2005).

### **3 O MITO DA MODERNIDADE E A COLONIALIDADE DO PODER**

O mito da modernidade eurocêntrica está permeado pelas dicotomias europeu e não europeu, primitivo e civilizado, tradicional e moderno, pelo evolucionismo do estado de natureza à sociedade europeia, pela ideia de raça e pela realocação no tempo histórico, com o não europeu colocado no passado, como primitivo e inferior (Quijano, 2005, p. 116). Essa forma de conhecimento produzida na Europa Ocidental do século XVII surgiu com a finalidade de servir ao padrão mundial do poder capitalista a partir da constituição da América, com racionalidade específica e hegemonia mundial (Quijano, 2005, p. 115).

“Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida” (Quijano, 2005, p. 118).

De maneira mais simplificada e didática, podemos afirmar que a modernidade se consolidou a partir das investidas de Cristóvão Colombo ao atravessar o Oceano Atlântico, em 1492. Foi a descoberta e invasão da América que marcou o início da “era moderna” e também a ideia do “sistema-mundo” trabalhada por

Wallerstein (1999) em seu texto *Análise dos Sistemas Mundiais*. Globalização, capitalismo, escravidão, eurocentrismo, exploração e colonialismo são conceitos muito presentes na dita modernidade (Wallerstein, 1999; Quijano, 2005).

Enrique Dussel, apresentando a modernidade em sentido mundial, afirma que “empiricamente nunca houve história mundial até 1492” (Dussel, 2005). A modernidade seria o novo “paradigma” da história.

“A Modernidade, como novo ‘paradigma’ de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico. O século XVII já é fruto do século XVI; Holanda, França e Inglaterra representam o desenvolvimento posterior no horizonte aberto por Portugal e Espanha. A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a ‘outra face’, dominada, explorada, encoberta” (Dussel, 2005, p. 28).

O “mito da modernidade” coloca a Europa como centro da história e da cultura mundial, classificando todas as outras histórias e culturas como diminutas e periféricas, legitimando, assim, formas de dominação, exploração, desigualdade e violência. É o que Dussel chamará de “outra face” da modernidade.

“Ao negar a inocência da ‘Modernidade’ e ao afirmar a Alteridade do ‘Outro’, negado antes como vítima culpada, permite ‘des-cobrir’ pela primeira vez a ‘outra-face’ oculta e essencial à ‘Modernidade’ o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as ‘vítimas’ da ‘Modernidade’) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria ‘Modernidade’)” (Dussel, 2005, p. 28).

Aníbal Quijano (2005) afirma que a dita modernidade trouxe um novo padrão de poder mundial, aliando capitalismo, eurocentrismo e globalização. Nesse momento histórico, são classificadas as raças no conceito moderno, iniciando-se grande distinção entre colonizados e colonizadores, entre negros, índios, mestiços e europeus.

“Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: **os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade.** Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (Quijano, 2005, p. 107-108, grifos nossos).

Foram estabelecidas, desde então, relações de poder entre dominantes e dominados. O trabalho não pago, não assalariado, ficou associado às raças tidas como inferiores. Os índios colonizados eram tratados como mão de obra descartável, obrigados a trabalhar exaustivamente até a morte, o que ocasionou grande genocídio indígena (Quijano, 2005). É o antropólogo Darcy Ribeiro que também nos chama a atenção, em sua obra *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*, para o processo cruel de colonização e escravidão na América. Ribeiro (1995) afirma que os negros trazidos para o Brasil eram separados em suas etnias desde o embarque nos navios, perdendo referências coletivas, enquanto indígenas foram escravizados, catequizados e exterminados. Seres humanos foram desapropriados de si.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder, colonial, moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e esse modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 115).

Desse ponto de vista, o conhecimento europeu deixou de figurar como uma entre várias formas de compreensão do mundo e passou a ocupar posição de medida universal do saber legítimo (Quijano, 2005; Castro-Gómez, 2005). O eurocentrismo, a modernidade e a colonialidade do poder fazem parte de um amálgama e funcionam como um espelho que distorce o que reflete, embora conserve alguns traços de semelhança. Possuímos traços e aproximações com os europeus. Contudo, somos distintos. Fomos levados, sem saber ou sem desejar, a ver e a aceitar esse reflexo distorcido como sendo nosso e real (Quijano, 2005, p. 118). Nessa imagem deformada, a América Latina foi frequentemente convidada a ler-se a partir de parâmetros exteriores, situação que aprofundou dependências históricas e subjetivas (Quijano, 2005a).

#### 4 CAPITALISMO E MEIOS DE PRODUÇÃO

Quijano apresenta que, na futura América, a escravidão e todas as outras formas de dominação tinham como objetivo principal a produção de mercadorias com a finalidade de abastecer o mercado mundial:

“Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Do mesmo modo, a servidão imposta aos índios, inclusive a redefinição das instituições da reciprocidade, para servir os mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. E enfim, a produção mercantil independente foi estabelecida e expandida para os mesmos propósitos. Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Conseqüentemente, foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. **Juntas configuraram um novo sistema, o capitalismo**” (Quijano, 2005, p. 115, grifos nossos).

Nesse sentido, novas formas de controle do trabalho surgiram para garantir, em primeiro lugar, a organização da produção de mercadorias. Em segundo lugar, a ação conjunta entre capital e mercado. Em terceiro lugar, o preenchimento de novas funções, desenvolvendo traços e novas configurações. A ação conjunta entre controle do trabalho, recursos e produtos fundou o capitalismo mundial (Quijano, 2005, p. 118). A constituição desse arranjo histórico mostra que a colonialidade do poder esteve presente no próprio nascedouro das relações capitalistas em escala mundial (Quijano, 2005).

A diferença racial serviu como método de classificação social e distribuiu os papéis na nova estrutura de controle do trabalho. A classificação racista perdurou durante todo o período colonial. Com a expansão europeia, novas raças surgiram, adicionando amarelos e oliváceos, cada nova identidade com lugar previamente estabelecido dentro do controle do trabalho (Quijano, 2005, p. 108).

A riqueza da América e sua localização geográfica permitiram aos brancos o acesso ao ouro e à prata. O trabalho forçado dos escravizados, com sua mão de obra gratuita, permitiu que os colonizadores entrassem no mercado mundial, assumindo o controle do mercado da China, da Índia, do Ceilão, do Egito, da Síria, do Oriente Médio e do Extremo Oriente, expandindo, dessa forma, a dominação colonial a outros povos (Quijano, 2005, p. 109). A América, nesse movimento, comparece como eixo material da acumulação e como território central da reorganização do poder mundial (Quijano, 2005; Wallerstein, 1999).

“Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista” (Quijano, 2005, p. 110).

A Europa incorporou o restante do planeta como seu “sistema-mundo”. O capitalismo mundial regido pela Europa reconfigurou as histórias culturais dos países dominados, como a África, a Ásia e a Oceania, através de sua hegemonia de controle do conhecimento e de controle da produção. Por meio da desapropriação das civilizações colonizadas, novas identidades geoculturais foram formadas pela repressão das formas de produção de conhecimento (Quijano, 2005, p. 111). Esse processo atingiu a memória, os símbolos, os saberes e as formas de nomeação do mundo, impondo referências exógenas à leitura da realidade histórica dos povos submetidos (Quijano, 2005; Castro-Gómez, 2005).

Dentro do sistema-mundo europeu desenvolveu-se o etnocentrismo, passando a ser a modernidade e a racionalidade produtos europeus. No etnocentrismo europeu, existe o “outro” em completo estado de natureza e o “eu”, resultado da evolução, tendo o europeu como ser moderno a ser alcançado (Quijano, 2005, p. 111-112).

O eurocentrismo e o capitalcentrismo tomaram conta das relações ditas humanas junto ao artefato da globalização. Canto a canto do planeta, povos sofreram e sofrem com a dominação, a imposição e o poder do sistema-mundo europeu. Passamos a ver o mundo, o ser humano e suas relações a partir dos olhos dos dominadores. Passamos a desacreditar em culturas, medicinas, formas viventes e valores ancestrais. Passamos, enfim, a ser mercado e mercadoria, produto e consumidor (Quijano, 2005; Escobar, 2005).

E, como bem nos disse Aníbal Quijano, “conseqüentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (Quijano, 2005, p. 126).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizaremos este trabalho utilizando, uma vez mais, o pensamento de Aníbal Quijano, agora em seu artigo *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*, publicado no ano de 2005, enfatizando que a questão da identidade na América Latina constitui um projeto histórico aberto, dinâmico e heterogêneo, sem lealdade fixa com uma única memória ou com um único passado:

“O que hoje denominamos América Latina constituiu-se junto com e como parte do atual padrão de poder mundialmente dominante. Aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade como fundamentos e modos constitutivos do novo padrão de poder. Daqui partiu o processo histórico que definiu a dependência histórico-estrutural da América Latina e deu lugar, no mesmo movimento, à constituição da Europa Ocidental como centro mundial de controle desse poder. E nesse mesmo movimento, definiu também os novos elementos materiais e subjetivos que fundaram o modo de existência social que recebeu o nome de modernidade” (Quijano, 2005a, p. 9).

A partir dessa compreensão, torna-se possível perceber que a América Latina ocupa lugar central na formação do mundo moderno, ainda que esse lugar tenha sido inscrito sob o signo da exploração, da hierarquização racial e da subordinação histórica. Em Quijano, a modernidade surge imbricada à colonialidade, e essa vinculação ajuda a compreender por que a organização do poder mundial se fez por meio da classificação racial da população, da apropriação do trabalho, da expropriação de saberes e da imposição de um imaginário eurocêntrico sobre os povos colonizados (Quijano, 2005; Quijano, 2005a). Nessa direção, a América Latina figura como espaço de violência histórica, mas igualmente como território de elaboração crítica e de produção de outros horizontes de leitura do mundo (Clímaco, 2014; Oliveira; Candau, 2013).

Ao longo deste trabalho, vimos que a colonialidade do poder formulada por Quijano (2005) permite compreender que o processo de colonização ultrapassou o plano da ocupação territorial e do domínio econômico. Ele atingiu as formas de ser, de conhecer, de nomear e de organizar a vida social. A classificação racial da população, o enquadramento do não europeu como inferior, a centralidade atribuída à Europa e a articulação entre trabalho, capital e mercado mundial compõem um mesmo movimento histórico, cuja

permanência segue atravessando a experiência latino-americana. Por isso, a crítica à colonialidade do poder alcança o campo da economia, da política, da cultura e da subjetividade, produzindo uma leitura profunda da formação histórica de nossas sociedades (Clímaco, 2014).

O mito da modernidade, ao apresentar a Europa como centro da história mundial e como medida universal de racionalidade e civilização, produz o encobrimento de outras experiências históricas, de outras formas de conhecimento e de outros modos de vida. Dussel (2005) contribui para esse debate ao apresentar a América Latina como “outra face” da modernidade, marcada pela exploração, pelo sacrifício e pela ocultação de sujeitos e culturas submetidos à violência colonial. Em diálogo com essa leitura, Quijano (2005) mostra que a colonialidade não constitui um episódio encerrado no passado, mas uma lógica persistente, inscrita nas relações sociais e nos modos pelos quais ainda nos vemos e somos vistos.

Essa permanência ajuda a compreender por que tantas memórias foram silenciadas, tantos saberes foram rebaixados e tantas identidades foram empurradas para margens históricas, povos indígenas, populações negras e distintos grupos latino-americanos tiveram suas trajetórias submetidas a um processo contínuo de inferiorização, desapropriação e apagamento, ao mesmo tempo em que a Europa consolidava sua centralidade material e simbólica (Quijano, 2005; Ribeiro, 1995). A violência epistêmica, nesse contexto, caminhou lado a lado com a violência material, instituindo uma ordem em que o saber europeu passou a figurar como referência dominante para a leitura do mundo e da própria humanidade (Castro-Gómez, 2005).

Por essa razão, a perspectiva decolonial adquire densidade política, histórica e intelectual no interior deste debate e convoca o pensamento latino-americano a revisitar seus percursos, suas memórias, seus conflitos e seus sujeitos, abrindo passagem para outras formas de existência e de interpretação histórica. Em Oliveira e Candau (2013), a pedagogia decolonial comparece como possibilidade de resistência, de reexistência e de reconfiguração dos processos formativos, recolocando em cena sujeitos historicamente subalternizados e saberes longamente desautorizados. Essa trilha reforça que a crítica ao eurocentrismo envolve, igualmente, a construção de outras referências éticas, políticas e epistemológicas para pensar a América Latina.

Muitas verdades, muitas memórias e muitos passados foram silenciados, muitos caminhos latino-americanos ainda pedem percurso, escuta e partilha. Nessa linha de raciocínio, o resgate das identidades latino-americanas historicamente apagadas deve percorrer as estradas da descolonização, da descolonialidade do poder e da libertação. Trata-se de recolocar em debate as vozes subalternizadas, as experiências historicamente desautorizadas e os horizontes de existência produzidos a partir da América Latina (Quijano, 2005a; Oliveira; Candau, 2013).

Retomar Aníbal Quijano, portanto, é retomar uma crítica contundente às bases históricas que sustentaram a modernidade eurocêntrica e o capitalismo mundial, seu pensamento fornece elementos para

compreender a persistência das desigualdades, das hierarquias raciais e das formas de dominação que seguem incidindo sobre os corpos, os territórios e os saberes de nossos povos. Em igual medida, sua reflexão oferece instrumentos para pensar a libertação do espelho eurocêntrico e a afirmação de outros modos de viver, conhecer e partilhar o mundo (Quijano, 2005; Quijano, 2005a; Clímaco, 2014).

Repitamos, “conseqüentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (Quijano, 2005, p. 126).

## REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e problemas da invenção do outro. In LANDER, E. org. **A colonialidade do saber: eurocentrismo, ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

CLÍMACO, D. A. Prólogo. In QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires, CLACSO, 2014. p. 13-53.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In LANDER, E. org. **A colonialidade do saber: eurocentrismo, ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar. Globalização ou pós-desenvolvimento. In LANDER, E. org. **A colonialidade do saber: eurocentrismo, ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

LANDER, E. org. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

MORENO, A. Superar a exclusão, conquistas, equidade. Reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In LANDER, E. org. **A colonialidade do saber: eurocentrismo, ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogía decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito, Ediciones Abya Yala, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. org. **A colonialidade do saber: eurocentrismo, ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 107-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, v. 17, n. 37, 2002, p. 4-28.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005a, p. 9-31.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In GIDDENS, A.; TURNER, J. orgs. **Teoria social hoje**. São Paulo, Ed. UNESP, 1999. p. 448-470.